



Lei nº: 1.352, de 05 de Novembro de 2012.

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO E VICE-PREFEITO E DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS/AL PARA A LEGISLATURA 2013/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - 1º O Prefeito, Vice-Prefeito e os Vereadores do Município de São Miguel dos Campos perceberão subsídio mensais nos termos desta Lei.

Art. 2º- Fixa o subsídio do Prefeito do município de São Miguel dos Campos, para a Legislatura 2013/2016, em R\$ 19.890,00 (Dezenove Mil e Oitocentos e Noventa Reais).

Art. 3º - Fixa o subsídio do Vice-Prefeito do município de São Miguel dos Campos, para a Legislatura 2013/2016, em R\$ 13.260,00 (Treze Mil duzentos e sessenta reais).

Art. 4º- Os Vereadores do Município de São Miguel dos Campos, perceberão um Subsídio mensal em parcela única correspondente a (Percentual estabelecido na Emenda 25/2000) 40% (Quarenta por Cento) do subsídio estabelecido para Deputado Estadual, correspondendo nesta data ao valor de R\$ 8.016,94 (Oito mil e dezesseis reais e noventa e quatro centavos).

§ 1º - No caso de licenciamento por doença devidamente comprovada por atestado médico, o vereador perceberá o seu subsídio integral.

§ 2º - A ausência sem justificativa de Vereador à reunião plenária da Câmara, implicará em desconto no seu subsídio de valor proporcional ao numero total de faltas em relação ao total de reuniões mensais fixadas no Regimento Interno.

§ 3º - Durante o recesso legislativo, quando convocada para Sessão Legislativa Extraordinária, a Câmara Municipal delibera somente sobre a matéria objeto da convocação e será devido aos Vereadores o pagamento de parcela indenização correspondente a 10% (dez por cento) do subsídio mensal, independente do número de Sessões Extraordinárias convocadas no recesso.

§ 4º - Em qualquer circunstância serão obedecidas as limitações impostas pelos incisos VI e VII do Art.29. Art.29-A e 37. XI da Constituição Federal, bem como do Art. 20. III. "a" da Lei complementar 101/2000.



Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - Fica assegurada a revisão geral anual dos subsídios sempre na mesma data e nos mesmos índices dos servidores públicos municipais.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

São Miguel dos Campos, AL, 05 de Novembro de 2012.


George Clemente Vieira
Prefeito

Certifico que a presente Lei foi Publicada no Mural afixado no átrio da Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos/AL, situada na Av. Dep. Diney Torres, s/n, Bairro Geraldo Sampaio, São Miguel dos Campos, Alagoas, para conhecimento dos munícipes, conforme determina o art. 37 da Constituição Federal.

São Miguel dos Campos, AL, 05 de Novembro de 2012.


ISAMARIA BARROS DE MAGALHÃES
Secretaria de Administração e Finanças